



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

153

**AGRAVO LEGAL Nº 0310216-7**

**AGRAVANTE: LUIS ALEXANDRE SABINO E SILVA E OUTRO**

**AGRAVADO: ROBERTO LEMOS MUNIZ**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**EMENTA: DIREITO CIVIL - PROCESSUAL CIVIL - INTERDITO PROIBITÓRIO (POSSE) - BENS IMÓVEIS - LIMINAR - CABIMENTO** - Cabível a liminar em sede de Interdito Proibitório, logo correto o posicionamento do magistrado *a quo* ao conceder a liminar pleiteada. Ressalte-se que na referida ação não cabe discussão a cerca do título de propriedade. **NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA - DECISÃO UNÂNIME.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO ao AGRAVO LEGAL**, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR.**



156.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0310216-7**  
**AGRAVANTE: LUIS ALEXANDRE SABINO E SILVA E OUTRO**  
**AGRAVADO: ROBERTO LEMOS MUNIZ**  
**RELATOR SUBST.: DES. CÂNDIDO SARAIVA**  
**Sexta Câmara Cível**

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo de instrumento em face da decisão interlocutória de fls. 28, proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca, que nos autos da Ação de Interdito Proibitório com pedido liminar, deferiu a liminar pleiteada, com a expedição de mandado proibitório, arbitrando uma multa de R\$ 1.000,00 para o caso de moléstia.

Inconformado, os agravantes interpuseram o presente Agravo de Instrumento, pugnando inicialmente pela concessão da liminar a fim de que seja atribuído o efeito suspensivo ativo a decisão agravada, sob alegação de dano reverso, vez que alega ser possuidor indireto e proprietário do imóvel em questão e que o fato de ser privado de ter acesso ao terreno de sua propriedade, constitui lesão grave ou de difícil reparação.

Alega ainda, que está na posse do referido imóvel desde março de 2008, no entanto, desde o mês de junho do corrente ano passaram a exercer a posse indireta do aludido imóvel, já que apesar de possuir o domínio do bem, alugou ao primeiro demandado, Sr. Nelson Thadeu Dias Carneiro Alves.

mrn

Por fim requerem os agravantes, a concessão da liminar com o objetivo de desconstituir a decisão agravada e determinar a imediata extinção do feito sem resolução do mérito, em face da carência de interesse de agir do demandado, ora agravado, vez que não comprovou a sua posse.

Às fls. 106/108 indeferi o pedido liminar.

Não houve contrarrazões, conforme certificado às fls.

149.

É o relatório.

Recife, 24 de Setembro de 2013.

Des. Fernando Martins

RELATOR



154

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0310216-7**  
**AGRAVANTE: LUIS ALEXANDRE SABINO E SILVA E OUTRO**  
**AGRAVADO: ROBERTO LEMOS MUNIZ**  
**RELATOR SUBST.: DES. CÂNDIDO SARAIVA**  
**Sexta Câmara Cível**

**VOTO**

A matéria versa sobre Interdito Possessório, portanto referente à posse.

Como é cediço, tal instituto trata-se de ação preventiva, com o fim de evitar turbacão ou esbulho iminentes.

Em segundo lugar, como se trata de ação de força nova, é perfeitamente admissível a concessão da liminar, como de fato foi deferida pelo juízo *a quo* (CPC 924 E 928).

Ressalte-se ainda, que como a causa de pedir não pode ser com base na propriedade e sim na posse, por sua vez na defesa do réu, não se admite a *exceptio proprietatis*.

Analisando os autos não vislumbro razões para modificar o *decisum*, ora desafiado, posto que corretamente agiu o magistrado *a quo*, com relação ao deferimento da liminar, perfeitamente cabível *in casu*.

Já os agravantes, não demonstram a posse do imóvel, muito pelo contrário, reconhecem a posse indireta e alega o primeiro agravante, ser o real proprietário do imóvel, o que não serve como defesa, vez que apenas está em discussão a posse e não propriedade.

mrn



Vejamos o seguinte julgado referente a matéria em debate:

**"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSE (BENS IMÓVEIS. INTERDITO PROIBITÓRIO. LIMINAR. Havendo fundado temor de agressão à posse, justifica-se a liminar de interdito proibitório. Manutenção do deferimento do pedido liminar formulado pelo agravado em interdito proibitório. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO".** (TJRS, Agravo de Instrumento nº 70041274788, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Liege Puricelli Pires, Julgado em 24/03/2011)"

Desse modo, ante a ausência de demonstração inequívoca e da verossimilhança das alegações da agravante, foi indeferido o pedido liminar e no mérito **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO**, mantendo a decisão agravada em todos os seus termos.

É COMO VOTO.

Des. Fernando Martins

**RELATOR**